

Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III

4T23

ÍNDICE

1 – Apresentação	3
1.1. Perfil Corporativo	3
1.2. Principais Indicadores	4
2 – Gerenciamento de Riscos	4
2.1. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição – OVA.....	5
2.2. Risco Operacional	10
2.3. Risco Social, Ambiental e Climático	10
2.4. Risco Cibernético	11
2.5. Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) – OV1	11
2.6. Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência PR – CCA.....	12
2.7. Composição do Patrimônio de Referência PR – CC1.....	12
2.8. Conciliação do Patrimônio de Referência PR com o Balanço Patrimonial – CC2	15
2.9. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Liquidez – LIQA	16
2.10. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito – CRA.....	16
2.11. Qualidade Creditícia das Exposições - CR1.....	21
2.12. Mudanças no Estoque de Operações em Curso Anormal – CR2.....	21
2.13. Informações Adicionais Sobre a Qualidade Creditícia das Exposições – CRB.....	21
2.14. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito de Contraparte – CCRA.....	24
2.15. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento de Risco de Mercado – MRA	24
2.16. Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao Risco de Mercado – MR1... Erro! Indicador não definido.	
2.17. Objetivos e Políticas para o Gerenciamento de IRRBB – IRRBBA	27
2.18. Informações Qualitativas Sobre o IRRBB – IRRBB1	27
3 – Reclassificação de Instrumentos na Carteira de Negociação ou na Carteira Bancária	30

Foram aplicados ajustes de arredondamento nos valores apresentados neste relatório. Portanto, há possibilidade de divergência entre os valores apresentados e a soma de seus componentes ou o resultado de cálculos e percentuais realizados a partir desses valores. Em caso de dúvida, sugerimos consultar o Anexo Pilar III publicado no site www.ri.brb.com.br ou a versão em dados abertos das tabelas disponível na plataforma do Bacen.

1 – Apresentação

O presente documento divulga as informações do Conglomerado BRB, exigidas pelo Banco Central do Brasil – Bacen, por meio da Resolução BCB nº 54/2020, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar III, e contempla a divulgação dos conteúdos relevantes sobre a Gestão de Riscos e Capital.

As informações são organizadas e apresentadas em tabelas divididas de acordo com as periodicidades de divulgação – trimestrais, semestrais e anuais, conforme estabelecido pelo Bacen:

- No 1º trimestre do ano são divulgadas as tabelas quantitativas trimestrais;
- No 2º trimestre do ano são divulgadas as tabelas quantitativas trimestrais e semestrais;
- No 3º trimestre do ano são divulgadas as tabelas quantitativas trimestrais;
- No 4º trimestre do ano são divulgadas as tabelas quantitativas trimestrais e semestrais e as tabelas anuais quantitativas e qualitativas.

As informações do Relatório de Pilar III são disponibilizadas no site público do BRB www.ri.brb.com.br e também na forma de dados abertos, disponíveis na página <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3> do Banco Central do Brasil.

A divulgação exigida para o BRB, referente ao 4º trimestre de 2023, enquanto Instituição do Segmento 3 (S3) e considerando as características de suas carteiras, contempla as tabelas de referência KM1, OVA, OV1, CCA, CC1, CC2, LIQA, CRA, CR1, CR2, CRB, CCRA, MRA, MR1, IRRBA e IRRB1.

O conteúdo deste documento está alinhado à Política de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos e Adequação de Capital do BRB, que estabelece a forma e as condições de divulgação das informações das práticas e da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital do Conglomerado BRB, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.557/2017.

1.1. Perfil Corporativo

O BRB destaca-se pela força da carteira comercial, que, em conjunto com a carteira imobiliária e rural, contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e regiões de influência. Seu Conglomerado é formado pelas empresas coligadas e controladas pelo Banco de Brasília S.A.

Atualmente, o Banco de Brasília S.A. é o único banco público da Região Centro-Oeste, tendo como missão atuar como protagonista do desenvolvimento econômico, social e humano, participando da geração de emprego e renda, a ser reconhecido pela experiência inovadora e completa, pelo resultado superior e pelo impacto positivo na vida das pessoas e no desenvolvimento das empresas.

Como agente financeiro do Governo do Distrito Federal – GDF, busca sempre ser reconhecido como referência na operacionalização, execução e disseminação das políticas públicas, agregando valor à Instituição e contribuindo para sua perenidade, além de assegurar a sustentabilidade dos negócios.

A adoção de práticas orientadas pela sustentabilidade e alinhadas ao conceito *ESG* contribuíram para abreviar os desafios enfrentados nos últimos anos, especialmente aqueles relacionados à pandemia, e permitiram a reconstrução de um ecossistema de negócios benéficos a todos.

Oportunizar o desenvolvimento humano, usar o meio ambiente de forma consciente e trabalhar com uma gestão sempre transparente e colaborativa são práticas adotadas pela empresa, com as quais é devolvida à sociedade todo o valor que ela proporciona ao Banco, a partir dos negócios realizados.

As ações de desenvolvimento realizadas nas equipes são parte da construção de um BRB mais moderno e inovador, capaz de levar soluções digitais aos clientes em tempo hábil e compatível com os melhores padrões do mercado nacional e internacional. Essas ações fortaleceram nosso quadro funcional, capacitando as equipes para se adaptarem às constantes mudanças que geram impacto nas instituições financeiras.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

1.2. Principais Indicadores

São apresentados, a seguir, os principais indicadores apurados no 4º trimestre de 2023, em comparação com os valores apurados no trimestre anterior:

Índice de Basileia 14,68%	Índice de Nível I 9,47%	Índice de Capital Principal 7,87%	Razão de Alavancagem 5,05%
+0,15 p.p. no trimestre	+0,29 p.p. no trimestre	+0,28 p.p. no trimestre	+0,15 p.p. no trimestre
3T2023: 14,53%	3T2023: 9,18%	3T2023: 7,59%	3T2023: 4,90%
Patrimônio de Referência R\$ 4.071 milhões	Capital de Nível I R\$ 2.628 milhões	Capital Principal R\$ 2.184 milhões	Capital de Nível II R\$ 1.443 milhões
+4,36% no trimestre	+6,61% no trimestre	+7,23% no trimestre	+0,50% no trimestre
3T2023: R\$ 3.901 milhões	3T2023: R\$ 2.465 milhões	3T2023: R\$ 2.037 milhões	3T2023: R\$ 1.436 milhões
RWA – Risco Total R\$ 27.735 milhões	RWA - Risco de Crédito R\$ 25.872 milhões	RWA - Risco de Mercado R\$ 52 milhões	RWA - Risco Operacional R\$ 1.811 milhões
+3,29% no trimestre	+3,43% no trimestre	+99,98% no trimestre	sem variação no trimestre
3T2023: R\$ 26.851 milhões	3T2023: R\$ 25.014 milhões	3T2023: R\$ 26 milhões	3T2023: R\$ 1.811 milhões

2 – Gerenciamento de Riscos

Em dezembro de 2023, o Patrimônio de Referência alcançou o valor de R\$ 4.071 milhões, sendo R\$ 2.628 milhões referentes ao Nível I e R\$ 1.443 milhões referentes ao Nível II, garantindo a existência de capital regulamentar em volume suficiente para fazer frente aos riscos e às estratégias planejadas, conforme evidenciado pelo Índice de Basileia registrado de 14,68%, 4,18 p.p. acima do marco regulatório de 10,50%.

A seguir, apresentamos a tabela com as principais informações dos requerimentos prudenciais:

Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais - (KM1)					
Em R\$ milhões	a	b	c	d	e
	dez/23	set/23	jun/23	mar/23	dez/22
Capital Regulamentar – valores					
1 Capital Principal	2.184	2.037	2.061	1.739	1.859
2 Nível I	2.628	2.465	2.474	2.135	2.170
3 Patrimônio de Referência (PR)	4.071	3.901	3.888	3.571	3.522
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA) – valores					
4 RWA total	27.735	26.851	26.004	24.821	23.819
Capital regulamentar como proporção do RWA					
5 Índice de Capital Principal (ICP) (%)	7,87%	7,59%	7,93%	7,01%	7,81%
6 Índice de Nível I (%)	9,47%	9,18%	9,51%	8,60%	9,11%
7 Índice de Basileia (%)	14,68%	14,53%	14,95%	14,39%	14,79%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	0,87%	0,59%	0,93%	0,01%	0,81%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	52.047	50.257	48.137	44.254	42.965
14	RA (%)	5,05%	4,90%	5,14%	4,82%	5,05%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

Tabela 1 – KM1

NA: não aplicável para instituições não sujeitas a esse cálculo ou requerimento.

Na comparação com o trimestre anterior (set/2023), o Patrimônio de Referência apresentou aumento de 4,36% (R\$ 170 milhões), decorrente principalmente do resultado apurado no período.

Em relação ao mesmo período do ano anterior (dez/2022), o Patrimônio de Referência apresentou crescimento de 15,57% (R\$ 549 milhões), também em razão do resultado do período.

O Índice de Basileia, em dezembro de 2023, foi de 14,68%, registrando um aumento de 0,15 p.p. em relação a setembro de 2023, impulsionado pelo crescimento do Patrimônio de Referência.

2.1. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição – OVA

a) Estrutura e Riscos Relevantes

O BRB possui uma estrutura de gestão de riscos compatível com seu modelo de negócio, com a natureza de suas operações e com a complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. Dentre as unidades que compõem a Diretoria Executiva de Controle e Riscos – DICOR, compete a:

- Superintendência de Riscos Corporativos – Suris e Superintendência de Risco Operacional e Cibernético – Suroc, a promoção e viabilização da gestão de riscos e de capital;
- Gerência de Monitoração e Validação de Modelos – Gevam, a monitoração e a validação dos modelos dos riscos relevantes;
- Superintendência de Controle Institucional – Sucoi, a supervisão dos processos de controles interno conformidade e integridade;
- Superintendência de Cobrança e Recuperação de Ativos – Sucor, o estabelecimento de estratégias, metas, procedimentos e mecanismos de controle das atividades relativas à cobrança, renegociação e recuperação de crédito; e,
- Superintendência de Risco de Crédito – Suric, o desenvolvimento de metodologias para a análise de concessão de crédito, modelos de Atacado e Varejos, análise de risco de clientes e de operações ativas, bem como acompanhar os limites e os resultados de crédito.

Adicionalmente, vale ressaltar que, em relação às unidades da Dicor:

- Suris utiliza práticas consistentes e integradas para calcular, monitorar e acompanhar os níveis de apetite e tolerância aos riscos de crédito, de mercado, IRRBB, de liquidez e da gestão do capital.

- Suroc trata do planejamento e controle dos riscos não financeiros (risco operacional, sociais, ambientais, climáticos, reputacional e de imagem, cibernético e prevenção a fraudes), assim como a disseminação da cultura de gestão de riscos não financeiros e segurança cibernética na Instituição.
- Gevam é responsável pela validação independente dos modelos de mensuração do risco, a fim de garantir a consistência das premissas, das bases de dados utilizadas e dos resultados obtidos, que são, também, monitorados posteriormente quanto ao desempenho esperado, controlando adequadamente o risco dos modelos.
- Sucoi supervisiona os processos de controles internos, conformidade e integridade, observando as atribuições de cada linha e as melhores práticas de mercado.
- Sucor é responsável por coordenar o planejamento e a normatização que envolvem todo o processo de cobrança, renegociação e recuperação de crédito no Banco.
- Suric trata do processo de desenvolvimento de metodologias para a análise de concessão de crédito, modelos de atacado e varejo, análise de risco de clientes e de operações ativas, bem como acompanha os limites e os resultados de crédito.

Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A Declaração de Apetite por Riscos do BRB em vigor orienta a estratégia de negócios e estabelece os níveis de riscos aos quais o Banco e as demais instituições integrantes do Conglomerado admitem estar expostos. A RAS é monitorada permanentemente (revisada anualmente ou sempre que necessário) pelo Conselho de Administração, reforçando e disseminando a cultura de gestão de riscos da Instituição, direcionando os planos estratégicos e de negócios e possibilitando aos seus colaboradores o conhecimento dos principais aspectos do apetite e da tolerância a riscos.

Riscos Relevantes

A Instituição, diante da complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante de todos os riscos de forma a dar segurança a todas as partes interessadas. Dentre os principais tipos de riscos, destacamos:

- Risco de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de variação das taxas de juros para os instrumentos da carteira bancária (IRRBB);
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco Social, Ambiental e Climático;
- Risco Cibernético.

b) Governança e Gerenciamento de riscos e Capital

A governança corporativa da Instituição, pautada nas melhores práticas de mercado, gerencia os seus riscos institucionais e o seu capital por meio de decisões colegiadas, amparadas em Comitês Estatutários e Executivos específicos, que contam com a participação de membros da Administração.

Principais Atribuições vinculadas às estruturas de Governança e Gerenciamento de Riscos:

Conselho de Administração	Aprovar e revisar as estruturas e políticas de gerenciamento integrado de riscos e de capital, o Programa de Testes de Estresse, o plano de contingência de liquidez, o plano de capital, o plano de contingência de capital e as políticas para a gestão de continuidade de negócios.
---------------------------	--

	<p>Fixar os níveis de apetite por risco da instituição na RAS e os revisa, com o auxílio do comitê de riscos, da Diretoria Colegiada e do CRO.</p> <p>Assegurar a aderência da Instituição às políticas, às estratégias, e aos limites de gerenciamento de riscos, bem como garantir a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.</p> <p>Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS.</p>
Diretoria Colegiada	<p>Propor ao Conselho de Administração alterações significativas, em decorrência dos riscos de que trata o artigo 7º, inciso V da Resolução CMN nº 4.557/2017, nas políticas e nas estratégias do BRB, de suas subsidiárias e controladas, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos.</p>
Comitê de Riscos	<p>Assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções relativas à Gestão de Risco e de Capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado BRB.</p> <p>Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada.</p> <p>Supervisionar a atuação e o desempenho do Diretor responsável pelo Gerenciamento de Riscos (CRO) no âmbito do BRB, suas Subsidiárias, Controladas e Coligadas.</p>
Comitê de Riscos, Controles, ALM e Prevenção a Ilícitos Financeiros	<p>Aprovar os modelos e metodologias de gerenciamento dos riscos corporativos, dos controles internos e de planejamento de capital.</p> <p>Avaliar relatórios periódicos a respeito das matérias de sua competência e leva ao conhecimento da Diretoria Colegiada.</p> <p>Medir e avaliar o desempenho das medidas e estratégias de gerenciamento de riscos, controles internos e capital.</p> <p>Monitorar o cumprimento das políticas de gerenciamento de riscos, controles internos e capital.</p> <p>Manifestar sobre a Declaração de Apetite por Riscos – RAS e reporta à Diretoria Colegiada e ao Comitê de Riscos suas considerações.</p> <p>Definir as políticas, diretrizes e ações de Prevenção à Fraudes, Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Segurança da informação, Segurança de Pessoas e Patrimônio, Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão Documental.</p> <p>Deliberar por medidas e procedimentos de proteção ao sigilo bancário, à segurança de tecnologia da informação e combate a ilícitos financeiros que afetem os canais de atendimento disponibilizados pelo BRB.</p>
Comitê de Auditoria	<p>Avaliar e monitorar as exposições de risco do BRB – Banco de Brasília S.A. e de suas Subsidiárias e Controladas, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas</p>

sobre políticas e procedimentos referentes a remuneração da Administração, utilização de ativos e gastos incorridos em nome do Conglomerado BRB.

Diretor para Gerenciamento de Riscos (CRO – <i>Chief Risk Officer</i>)	Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento.
	Garantir que as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos estejam aderentes à RAS e aos objetivos estratégicos da Instituição.
	Capacitar os integrantes da unidade específica, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros.
	Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o Conselho de Administração.

c) Disseminação da cultura de riscos

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e aculturação, o BRB dissemina conteúdo relacionado aos riscos e ao capital, para todo o corpo funcional, por meio de treinamentos, divulgação de conteúdo na intranet, além de estabelecer certificações internas em gestão de riscos e capital a todos os colaboradores.

d) Escopo e Principais Características

O escopo do gerenciamento de riscos do BRB compreende uma abordagem consolidada, possibilitando que o Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos possa suportar todos os riscos do Conglomerado, objetivando assegurar o desenvolvimento das atividades relacionadas.

Nesse contexto, a Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital é o documento onde estão descritos os princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades e a governança corporativa para um gerenciamento contínuo, integrado e unificado dos riscos e de capital, com o objetivo de manter esses riscos em níveis adequados e garantir a sustentabilidade do Conglomerado BRB.

A RAS, por sua vez, representa um documento estratégico para a definição do apetite ao risco da Organização, desempenhando o papel de balizador para o planejamento da estratégia de negócios, conduzindo o alinhamento entre orçamento e capital, e alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos.

A RAS é aplicada de forma a estabelecer limites de exposição aceitos de acordo com os impactos previstos no capital do Conglomerado BRB, conceito este, estendido a todas as empresas controladas pelo BRB, considerando suas respectivas especificidades relacionadas à natureza de atuação.

e) Processo de Reporte

A Área responsável pelo controle dos riscos e pelo gerenciamento do capital disponibiliza à Administração, por meio de boletins e relatórios consolidados e periódicos, informações relacionadas ao acompanhamento dos riscos e do capital, com o objetivo de posicioná-los quanto ao comportamento e evolução dos principais indicadores de risco e do gerenciamento de capital.

f) Programa de Testes de Estresse – PTE

O Programa de Testes de Estresse (PTE) do Conglomerado BRB é o conjunto coordenado de processos, rotinas e metodologias criados com a finalidade de identificar potenciais vulnerabilidades da Instituição, considerando os riscos

relevantes a que está exposta.

A implementação do PTE viabiliza a realização de testes de estresse de forma integrada para os riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de liquidez, operacional e atuarial.

O resultado do programa possibilita a avaliação prospectiva dos potenciais impactos de circunstâncias adversas para a Instituição, além de contribuir para a verificação dos efeitos resultantes das interações entre os riscos e dos impactos sobre o capital, a liquidez do Conglomerado e outros indicadores contemplados na RAS.

Os resultados constantes no programa são apresentados às alçadas competentes e são utilizados nas decisões estratégicas da Instituição, na revisão da RAS, das políticas e limites estabelecidos para fins de gerenciamento de riscos e de capital e a elaboração nos planos de contingência de liquidez e de capital.

g) Processo de Mitigação

Por meio da RAS são estabelecidos os parâmetros norteadores que devem ser observados para mitigar o risco de deslocamento quanto aos indicadores e metas estabelecidos pela Instituição, de modo a assegurar o vigor da estrutura de capital. O monitoramento dos principais indicadores é realizado de forma sistemática, possibilitando a recomendação de medidas e procedimentos corretivos para eventuais deficiências identificadas.

As unidades executoras da Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, tidas como Suris e Suroc, gerenciando os mecanismos de mitigação de risco da Instituição, com o objetivo de manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis.

Além disso, a Suris e Suroc propõem as métricas de controle dos riscos, calculam e divulgam os indicadores nas periodicidades estabelecidas, monitoram e controlam o cumprimento dos limites definidos na RAS, realizam simulações dos principais indicadores implementados e comunicam os assuntos relacionados nas instâncias colegiadas onde o tema é abordado.

No contexto específico da Suroc, esta unidade é responsável pela mensuração dos riscos não financeiros nas atividades executadas pelo BRB, pela prevenção à fraude e pela Gestão da Continuidade de Negócios da instituição. Ela também atua desde a identificação dos riscos até sua mitigação, orientando e fiscalizando a efetividade das ações tomadas pela primeira linha de defesa, tendo como objetivo manter o risco residual em níveis mínimos e assegurar o pleno funcionamento dos processos considerados críticos para o banco, ainda que em situações de incidentes e/ou crise.

Já a Sucoi supervisiona a implementação e a disseminação da cultura de conformidade normativa, controles internos, integridade e prevenção e combate à corrupção, à fraude interna e à lavagem de dinheiro no Conglomerado BRB

Por sua vez, a Gevam, realiza a validação independente dos modelos de mensuração do risco, a fim de garantir a consistência das premissas, das bases de dados utilizadas e dos resultados obtidos, que são, também, monitorados posteriormente quanto ao desempenho esperado, controlando adequadamente o risco dos modelos.

A Auditoria Interna analisa, periodicamente e de maneira independente, a efetividade de todo o processo de gerenciamento de riscos incorridos pelo BRB.

Nesse contexto, o BRB demonstra que, mesmo em cenários severos, dispõe de estratégias com capacidade de geração dos recursos necessários para garantir a sustentabilidade de atividades críticas e serviços essenciais ao seu portfólio de clientes.

h) Gerenciamento de Capital

O planejamento e o gerenciamento de capital são viabilizados por meio do Plano de Capital, que é revisado anualmente ou quando há necessidade em razão de alterações no planejamento estratégico, plano de negócios, insumos utilizados na projeção dos indicadores e atualizações relevantes na regulação vigente.

Em conformidade com o que descreve a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Plano de Capital do BRB, alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição, contempla as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital, além

de considerar:

- as ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios;
- as projeções dos valores dos ativos e passivos, das operações não contabilizadas no balanço patrimonial, bem como das receitas e despesas;
- as metas de crescimento ou de participação no mercado;
- a política de distribuição de resultados; e
- os termos da RAS.

Seu objetivo principal é assegurar a existência de capital regulamentar em volume suficiente para cobertura dos riscos idiossincráticos e sistêmicos oriundos das atividades planejadas para o período e apresentar projeções dos requerimentos mínimos com base nas expectativas orçamentárias e planejamento estratégico, fornecendo perspectivas futuras de alocação de capital, e de viabilizar a monitoração, de forma permanente, de situações potenciais para acionamento dos estados de alerta e de contingência, as quais exigem ações específicas, apresentadas no plano, a serem decididas pelo Conselho de Administração e distribuídas às respectivas áreas competentes para avaliação de viabilidade e execução.

O Plano de Contingência de Capital apresenta ações que visam assegurar o enquadramento do Banco aos níveis de capital regulatórios e àqueles definidos pela Administração, caso as fontes de capital definidas no Plano de Capital mostrem-se insuficientes ou inviáveis, ou ainda na ocorrência de acontecimentos não previstos.

2.2. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do BRB.

Para garantir a efetividade das estratégias adotadas, a conformidade com as regulamentações vigentes, a sincronia entre as áreas e a qualidade dos processos, possuímos Política de Gerenciamento do Risco Operacional clara e objetiva e utilizamos o modelo de 3 linhas, em que são definidos os papéis de cada área do Banco, além da promoção de ações de aculturação que abrange todo o Conglomerado do Banco.

Dentre as estratégias utilizadas para a realização da gestão do Risco Operacional, sempre com o foco de identificar, mensurar, tratar e monitorar os riscos, destacamos as seguintes:

- Gestão da Base de Dados de Perdas Operacionais;
- Indicadores de Apetite ao Risco Operacional;
- Mapeamento de Riscos Operacionais e Controles Internos dos processos da Instituição;
- Análise de Riscos Operacionais em lançamento e remodelagem dos produtos e serviços;
- Cálculo da necessidade de capital regulatório e econômico para o risco operacional;
- Gestão de riscos operacionais dos serviços terceirizados relevantes;
- Realização de Testes de Estresse;
- Reporte periódico aos Órgãos competentes.

2.3. Risco Social, Ambiental e Climático

A gestão de riscos no BRB considera rotinas e procedimentos que possibilitam identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco social, ambiental e climático, conforme definido na Resolução CMN 4.943/2021. Dentre os mecanismos instituídos atualmente no BRB para o gerenciamento do risco social, ambiental e climático estão:

- Avaliação de aspectos sociais, ambientais e climáticos no processo de lançamento e remodelagem de produtos e serviços e propostas relevantes;
- Restrição sistêmica automatizada da concessão de crédito a clientes constantes em listas de exclusão;
- Mapeamento de riscos e controles nos processos do BRB que possam apresentar impacto socioambiental;
- Registro de perdas operacionais com marcação específica para o risco social, ambiental e climático;

- Reporte analítico da exposição RSAC para fornecedores, operações de crédito e ativos sujeitos ao risco de mercado e liquidez.

2.4. Risco Cibernético

A gestão de riscos cibernéticos tem como objetivo minimizar a possibilidade de perdas decorrentes do comprometimento dos principais pilares da segurança cibernética, que são a confidencialidade, a integridade e disponibilidade dos ativos tecnológicos, como dados e sistemas de informação. O processo envolve várias áreas do Banco, com atribuições específicas, garantindo que os riscos sejam identificados, mensurados e reportados aos responsáveis, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos.

Em todas as estruturas envolvidas são adotadas as melhores práticas de mercado em processos, metodologia e controles para identificação, análise e avaliação, comunicação e tratamento do risco cibernético, bem como na prevenção e tratamento de incidentes de segurança da informação e cibernéticos. Para tanto, são realizadas as seguintes atividades:

- Identificação de vulnerabilidades e ameaças;
- Proteção contra ataques;
- Detecção de incidentes de segurança cibernética;
- Resposta e recuperação de incidentes.

2.5. Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) – OV1

A Resolução CMN nº 4.958/2021 dispõe sobre o cálculo dos requerimentos mínimos de capital, para o qual deve ser apurado o montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA, que corresponde à soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{OPAD} + RWA_{MPAD}$$

- RWA_{CPAD} – parcela relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo de requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- RWA_{OPAD} – parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada;
- RWA_{MPAD} – parcela relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Em dezembro de 2023, o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA atingiu o valor de R\$ 27.743 milhões, com destaque para a parcela de risco de crédito, que registrou o valor de R\$ 25.880 milhões, representando 93,29% do total do RWA. A parcela de risco de mercado foi de R\$ 52 milhões e a de risco operacional R\$ 1.811 milhões.

Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA - (OV1)

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR
	a	b	C
	dez/23	set/23	dez/23
0	25.872	25.014	2.070
2	25.501	24.524	2.040
6	2	1	0
7	-	-	-
7a	-	-	-
9	2	1	0
10	-	-	-
12	-	-	-
13	-	-	-
14	4	27	0

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	-	-	-
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	365	462	29
20	Risco de Mercado	52	26	4
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA _{MPAD})	52	26	4
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA _{MINT})	-	-	-
24	Risco Operacional	1.811	1.811	145
27	Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	27.735	26.851	2.219

Tabela 2 – OV1

Na comparação com o trimestre anterior (set/2023), o RWA apresentou aumento de 3,29% (R\$ 884 milhões). Esse movimento decorreu, principalmente, pelo aumento da parcela de risco de crédito (RWA_{CPAD}).

Em relação ao mesmo período do ano passado (dez/2022), o RWA apresentou crescimento de 16,44% (R\$ 3.916 milhões), também em razão do aumento de 15,64% (R\$3.499) da parcela RWA_{CPAD}.

2.6. Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência PR – CCA

A tabela contendo as principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) – Nível II do Conglomerado BRB, está disponível na página do BRB, no endereço eletrônico <http://ri.brb.com.br/governanca-corporativa/relatorio-de-gestao-de-risco/> e em formato de dados abertos no endereço www.dadosabertos.bcb.gov.br do Banco Central do Brasil – BCB.

2.7. Composição do Patrimônio de Referência PR – CC1

Composição do Patrimônio de Referência (PR)		dez/23	
Em R\$ mil		a	b
Capital Principal: instrumentos de reservas		Valor (R\$ mil)	Referência no Balanço do Conglomerado
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	1.300	a
2	Reservas de lucros	1.180	b
3	Outras receitas e outras reservas	127	c/d
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Principal do conglomerado	-	e
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.607	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apereçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	
9	Ativos intangíveis	267	f/g
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	157	h
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	-	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefícios definidos	-	
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ativos regulatórios nacionais	-	
26a	Ativos permanentes diferidos	-	
26b	Investimentos em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	
26f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
26h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26i	Destaque do PR	-	
26j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	
27	Ajustes regulatórios aplicados ao capital Principal em função de insuficiência do capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	
28	Total das deduções regulatórias ao Capital Principal	423	
29	Capital Principal	2.184	
Capital complementar: instrumentos			
30	Instrumentos Elegíveis ao Capital Complementar	444	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	444	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar	-	

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	444	
Capital Complementar: deduções regulatórias			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	
44	Capital Complementar	444	
45	Nível I	2.628	
Nível II: instrumentos			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	1.443	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-	
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	1.443	
Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	
58	Nível II	1.443	

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	4.071	
60	Total de ativos ponderados pelo risco	27.735	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	Índices de Capital Principal (ICP)	7,87%	
62	Índice de Nível I (INI)	9,47%	
63	Índice de Basileia (IB)	14,68%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2,50%	
65	do qual: adicional para conservação de capital – ACPConservação	2,50%	
66	do qual: adicional contracíclico – ACPContracíclico	0%	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal – ACPSistêmico	0%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	0,87%	
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco			
72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	-	
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)			
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

Tabela 3 - CC1

2.8. Conciliação do Patrimônio de Referência PR com o Balanço Patrimonial – CC2

Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial - (CC2)			dez/23
Em R\$ milhares	a	b	c
Balanço Patrimonial Consolidado			

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
ATIVOS	50.034.383	49.822.683	
Disponibilidades	190.398	190.378	
Instrumentos Financeiros	46.938.654	46.641.717	
Provisão Para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	-881.558	-881.558	
Outros Ativos	2.280.518	2.290.451	
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	-359	-	
Créditos Tributários	667.749	667.296	
<i>Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias</i>	472.503	472.050	
<i>Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Relacionados à CSLL</i>	156.617	156.617	h
<i>Outros Créditos Tributários</i>	38.629	38.629	
Investimentos em Coligadas e Controladas	250.570	335.364	
Imobilizado de Uso	481.532	466.668	
Intangível	425.400	423.288	f
Depreciação e Amortização	-318.521	-310.921	
<i>Imobilizado</i>	-160.956	-154.429	
<i>Intangível</i>	-157.565	-156.492	g
PASSIVO	47.451.888	47.212.571	
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	43.764.236	43.781.068	
Outras Obrigações	2.625.326	2.607.179	
Passivo Atuarial	77.934	77.934	
Provisões	747.503	745.911	
Obrigações Fiscais Diferidas	236.889	479	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.582.437	2.607.437	
Capital	1.300.000	1.300.000	a
Reserva de Capital	-	-	d
Reservas de Lucros	1.155.377	1.180.377	b
Outros Resultados Abrangentes	127.060	127.060	c
Participação de Não Controladores	58	2.675	e
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	2.582.495	2.610.112	
TOTAL	50.034.383	49.822.683	

Tabela 4 – CC2

2.9. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Liquidez – LIQA

O risco de liquidez é representado pela possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Assim, o controle desse risco é imprescindível para propiciar o cumprimento tempestivo e eficiente dos compromissos financeiros assumidos pelo Conglomerado BRB, sendo realizado por meio da gestão otimizada do fluxo de caixa, permitindo

o dimensionamento e a conservação do montante necessário de ativos de alta liquidez para quitar as obrigações financeiras, mesmo em períodos de adversidade.

a) Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez, incluindo descrição do processo estruturado de comunicação interna, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017

O gerenciamento do risco de liquidez é executado, no BRB, de modo corporativo e permeia as camadas da Governança da Instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB), sendo composta pelas áreas de operações financeiras, de gestão de riscos corporativos e de controle institucional, além de comitês executivos e estatutários, subordinados ao Conselho de Administração. Esses órgãos colegiados acompanham os indicadores do risco de liquidez, avaliam os resultados das métricas adotadas, monitoram o cumprimento dos limites estabelecidos, analisam os resultados dos testes de estresse e propõem o apetite ao risco de liquidez da Instituição.

A Superintendência de Operações Financeiras (Suope), vinculada à Diretoria Executiva de Finanças e Controladoria (Dific), realiza a gestão diária do caixa da Instituição e cumpre os limites estratégicos e operacionais estabelecidos.

Já a Superintendência de Riscos Corporativos, vinculada à Diretoria Executiva de Controle e Riscos, propõe as métricas de controle do risco de liquidez, calcula e divulga os indicadores desse risco nas periodicidades estabelecidas, monitora e controla o cumprimento dos limites definidos na RAS, realiza simulações dos principais indicadores implementados, executa testes de estresse sobre as exposições assumidas, avalia periodicamente o desempenho dos modelos de cálculo do risco de liquidez por meio de testes de aderência (*backtesting*) e comunica assuntos relacionados ao risco de liquidez nas instâncias colegiadas onde o tema é abordado.

A Gerência de Monitoração e Validação de Modelos, também vinculada à Diretoria Executiva de Controle e Riscos, por sua vez, realiza a validação independente dos modelos de mensuração do risco de liquidez, enquanto a Auditoria Interna analisa, periodicamente, a efetividade de todo o processo de gerenciamento do risco de liquidez do BRB.

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre os setores quanto entre as diversas camadas da Governança Interna, é feita por meio de relatórios internos, que são submetidos à avaliação de órgãos colegiados executivos e estatutários e demais áreas de interesse da Organização. Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações qualitativas e quantitativas sobre o risco de liquidez, tais como: indicadores apurados e projetados, adequação aos limites internos fixados na RAS e resultados de testes de estresse.

As decisões relacionadas à gestão de risco de liquidez são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.

b) Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação das fontes e dos prazos de captação.

Visando à mitigação do risco de concentração, o Banco mantém uma estrutura de fontes de financiamento diversificada e estável, alinhada com seu apetite ao risco, e seguindo uma estratégia de captações pulverizadas, propiciada por uma rede diversificada de clientes, pessoas físicas e jurídicas.

A emissão de títulos próprios do BRB é baseada em preços e condições de mercado, a fim de possibilitar uma adequada rentabilidade para a Instituição, e busca evitar uma concentração dos recursos captados para que o Banco tenha mais autonomia na gestão do seu fluxo de caixa.

Os volumes captados para cada produto e modalidade são definidos de acordo com as diretrizes do Planejamento Estratégico e do Orçamento Gerencial do BRB, observando, ainda, as necessidades de liquidez, capital e equilíbrio dos descasamentos de indexadores, de moedas e de prazos entre ativos e passivos.

Os processos relativos ao gerenciamento de risco de liquidez preveem a adoção das seguintes estratégias para captação de recursos:

- manutenção de perfil de captação adequado ao risco de liquidez dos ativos e passivos da Instituição, bem como de exposições não contabilizadas no seu balanço patrimonial; e
- diversificação adequada das fontes de captação de recursos.

c) Estratégias de mitigação do risco de liquidez.

A apuração dos indicadores do risco de liquidez, bem como outras ações que compõem o conjunto de estratégias para controle desse risco, são realizadas por área segregada das unidades de negócio. Tais estratégias consistem em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e controlar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, em condições normais ou de estresse, contemplando a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a 90 (noventa) dias, além de assegurar a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa em situações de estresse, garantindo o cumprimento eficiente das obrigações da Organização.

São exemplos de estratégias adotadas no BRB para a mitigação do risco de liquidez:

- Normatização dos procedimentos de gestão desse risco, a fim de garantir a padronização da execução das atividades e a retenção do conhecimento;
- Divulgação diária de relatórios internos com os resultados dos indicadores do risco de liquidez, para monitoramento das exposições;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, compatíveis com o apetite ao risco de liquidez da Entidade;
- Análise prévia de propostas de criação ou reformulação de produtos e serviços que possam afetar a liquidez da Instituição;
- Diversificação de captações com relação a prazo e contraparte, facilitando a gestão do fluxo de caixa da Organização;
- Reavaliação periódica do modelo de mensuração do risco de liquidez, por meio da aplicação de testes de aderência (*backtesting*), de modo a verificar a acurácia dos cálculos gerados e de checar a adequabilidade das premissas consideradas;
- Realização de testes de estresse relacionados ao risco de liquidez, com o intuito de capturar eventuais vulnerabilidades do BRB e possibilitar uma melhor preparação para o enfrentamento de situações adversas; e
- Disseminação das melhores práticas relacionadas aos mitigadores existentes para risco de liquidez.

d) Descrição da utilização dos testes de estresse para fins do gerenciamento do risco de liquidez.

Os testes de estresse são instrumentos adotados pelo BRB para o gerenciamento do risco de liquidez da Organização. Trata-se de estudos que compõem o Programa de Testes de Estresse da Instituição, o qual é coordenado pela área de riscos e tem como finalidade a avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos severos e circunstâncias adversas na liquidez da Entidade.

São objetivos dos testes de estresse associados ao risco de liquidez:

- Verificar a suficiência do volume de ativos líquidos atualmente mantido pelo BRB;
- Simular o grau de deterioração dos indicadores de liquidez, para diferentes horizontes de tempo, em função de eventuais acontecimentos desfavoráveis;
- Checar a resiliência do Banco diante da possibilidade de ocorrência de eventos extremos (que podem ser macroeconômicos ou idiossincráticos);
- Antecipar a necessidade de adoção de eventuais medidas preventivas que busquem preservar a eficiência operacional e resguardar a perenidade da Organização;
- Subsidiar a proposição dos limites de controle dos indicadores de liquidez;
- Nortear a definição das estratégias de negócio assumidas pela Instituição; e
- Contribuir para a elaboração do Plano de Contingência de Liquidez (PCL), permitindo uma melhor preparação da Entidade para o enfrentamento de situações de crise de liquidez.

Os resultados são incluídos no Programa de Testes de Estresse e são submetidos, periodicamente, à avaliação da Diretoria Executiva, e encaminhados ao Conselho de Administração.

e) Descrição resumida do plano de contingência de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez é um documento formal, aprovado pelo Conselho de Administração do BRB e revisado no mínimo anualmente, que tem como objetivo estabelecer responsabilidades e alçadas, bem como definir as medidas de contingência, estratégias e procedimentos que permitam o enfrentamento de situações de crise de liquidez, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez para o cumprimento eficiente das necessidades de caixa da Entidade. O PCL da Organização abrange os seguintes tópicos:

- Propósito do documento;
- Conceitos correlatos ao gerenciamento do risco de liquidez;
- Critérios para acionamento do PCL, segregados por indicador de liquidez;
- Responsabilidades dos diversos agentes envolvidos no processo de recuperação da liquidez;
- Ações e medidas destinadas à recomposição dos níveis mínimos aceitáveis de liquidez;
- Critérios para desativação do PCL; e
- Abrangência e frequência de revisão do Plano.

f) Descrição das ferramentas, métricas e limites utilizados para o gerenciamento do risco de liquidez.

O risco de liquidez é monitorado sistematicamente e sua apuração diária é realizada conforme procedimentos aprovados pela Administração. O processo de gestão desse risco prevê, dentre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez suficientes para a absorção de perdas em cenários adversos e a análise prévia de produtos e serviços que possam afetar a liquidez da Organização.

A mensuração do risco de liquidez é realizada por meio dos seguintes indicadores:

- Índice de Liquidez de Curto Prazo – ILCP, que corresponde à razão entre os ativos de liquidez imediata (ALI) e a reserva mínima de liquidez (RML), considerando as entradas e saídas de caixa estimadas, sob condições adversas, para os 21 dias úteis seguintes à data-base; e
- Fluxo de Caixa Projetado Acumulado – FCPA, que representa graficamente os resultados líquidos diários acumulados de caixa, projetados para os 63 dias úteis subsequentes à data-base sob premissas e parâmetros conservadores previamente definidos.
- Índice de Liquidez de Longo Prazo – ILLP, que corresponde à razão entre os recursos estáveis disponíveis (RED) e os recursos estáveis requeridos (RER), e mede a capacidade do Conglomerado BRB em financiar suas atividades de maneira sustentável; e
- Fluxo de Caixa Projetado Estendido – FCPE, que representa graficamente os resultados líquidos diários acumulados de caixa, projetados para os 252 dias úteis subsequentes à data-base sob premissas e parâmetros conservadores previamente definidos.

A Instituição executa, periodicamente, testes de estresse relacionados ao risco de liquidez, com o intuito de identificar eventuais vulnerabilidades que possam comprometer a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas, e simulações de movimentações financeiras relevantes para estimar seu impacto sobre o fluxo de caixa da Entidade.

Periodicamente também são realizados testes de aderência (*backtesting*) dos modelos de mensuração do risco de liquidez, a fim de verificar a acurácia dos cálculos gerados e de checar a adequabilidade das premissas consideradas. Destaca-se que tais modelagens são constantemente avaliadas pela área de validação independente e pela Auditoria Interna.

Adicionalmente, para cumprimento da Carta Circular BCB nº 3.775/2016, é enviado mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) – Modelo II, o qual consiste numa *proxy* para o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).

2.10. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito – CRA**a) A forma como o modelo de negócios é refletido no perfil de risco de crédito da instituição.**

No âmbito do Conglomerado BRB o risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não

cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

A Declaração de Appetite a Riscos, norma estratégica aprovada pelo Conselho de Administração, que orienta o modelo de negócios junto das demais medidas estratégicas. Ela consiste em um conjunto de limites, valores de referência, intervalos e direcionadores qualitativos que expressam o apetite e a tolerância a riscos para todo o Conglomerado BRB. Por meio desta Declaração, o Conglomerado BRB promove a disseminação da cultura de gestão de riscos e de capital, fornecendo a todos os seus colaboradores o conhecimento dos principais aspectos do apetite e da tolerância a riscos.

b) Critérios utilizados no estabelecimento da política e dos limites internos associados ao risco de crédito.

Os limites internos associados ao risco de crédito são estabelecidos pela RAS e estruturados de forma a observar as classificações de risco dos clientes. São atribuídos para os clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas de varejo uma classificação de crédito com base em modelos estatísticos.

Tais modelos passam por validação independente a fim de garantir a consistência das premissas, das bases de dados utilizadas e dos resultados obtidos, que são, também, monitorados posteriormente quanto ao desempenho esperado, controlando adequadamente o risco dos modelos. Já para os clientes de atacado há uma análise pormenorizada que visa, a partir de alçadas bem definidas, classificar os clientes com base em sua saúde financeira.

O BRB revisa sua Política Geral de Crédito anualmente alinhando à prática de mercado, ao Planejamento Estratégico da Instituição e aos critérios estabelecidos na RAS. São definidos critérios impeditivos à concessão de crédito, levando-se em consideração critérios econômicos, sociais, ambientais e de riscos. A norma considera ainda aspectos de todo o processo de crédito, inclusive com macro estratégias relacionadas ao processo de cobrança e recuperação de créditos.

O risco de concentração de crédito também é mensurado e monitorado.

c) Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito.

O BRB possui uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito que visa manter a qualidade da carteira de crédito aderente ao apetite a risco da instituição em cada uma das linhas de crédito em que opera. Há um processo sistêmico e independente de gerenciamento do risco de crédito, abrangendo todo o Conglomerado e aplicado durante todo o ciclo do crédito. O processo envolve áreas distintas, com atribuições específicas, e com o objetivo de garantir uma estrutura robusta e eficiente de gestão e controle, sempre observando o planejamento estratégico adotado pela instituição.

Para garantir maior governança, o BRB possui um sistema de alçadas estruturado na concessão de operações de crédito e renegociações.

d) Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna.

Toda a estrutura de gestão do risco de crédito e dos controles necessários à sua mitigação são realizadas em três linhas de defesa, conforme estrutura estabelecida internamente.

e) Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o conselho de administração, o comitê de riscos e a diretoria da instituição.

Os relatórios gerenciais oferecem suporte às instâncias competentes no processo de tomada de decisão sobre o risco de crédito. As exposições são monitoradas e controladas periodicamente por meio do acompanhamento do consumo dos limites presentes na RAS, das evoluções e volumes das carteiras de crédito, dos ativos problemáticos, dos níveis de provisionamento, da inadimplência, pré-inadimplência, do índice de cobertura e dos índices de concentração por grupo econômico ou por cliente individual, grupo familiar, por partes relacionadas e por setor de atividade econômica. As análises são segregadas por tipo de pessoa e cliente, por porte, por segmentos de negócios, por produtos e por setores de atividades econômicas.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

O monitoramento da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas é contínuo de forma a garantir a qualidade creditícia das operações e a conformidade com as normas e a legislação em vigor.

O BRB também mensura e acompanha o risco de crédito das aplicações do Conglomerado em Títulos e Valores Mobiliários – TVM, cujo reporte é direcionado às instâncias competentes.

2.11. Qualidade Creditícia das Exposições - CR1

Qualidade creditícia das exposições - (CR1)							dez-23
Em R\$ milhão	valor bruto			Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor Líquido (a+b-c)	
	Ativos Problemáticos	Ativos não problemáticos	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Dos quais: RWA _{CPAD}	Dos quais: RWA _{CIRB}		
	a	b	c	d	f	g	
1 Concessão de crédito	1.730	34.095	873	873	-	34.951	
2 Títulos de dívida	-	9.838	5	5	-	9.833	
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	8.399	-	-	-	8.399	
2b dos quais: outros títulos	-	1.439	5	5	-	1.434	
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	9.692	-	-	-	9.692	
4 Total (1+2+3)	1.730	53.625	878	878	-	54.476	

Tabela 5 – CR1

2.12. Mudanças no Estoque de Ativos Problemáticos – CR2

Mudanças no estoque de Ativos Problemáticos - (CR2)		dez-23
Em R\$ milhões		Saldo
1	Ativos problemáticos ao final do período anterior (06/2023)	1.392
2	Ativos problemáticos no período corrente (12/2023)	852
3	Operações que deixaram de ser ativos problemáticos no período corrente	-249
4	Baixa contábil por Prejuízo	-256
5	Outros ajustes	-10
6	Ativos problemáticos no final do período corrente (1+2+3+4+5)	1.730

Tabela 6 – CR2

2.13. Informações Adicionais Sobre a Qualidade Creditícia das Exposições – CRB

Total Exposições por setor econômico		dez-23
Em R\$ milhões Total das Exposições		Valor
Seção CNAE		
Pessoa Física		28.657
CONSTRUCAO		2.303
ADMINISTRACAO PUBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL		1.782
COMERCIO; REPARACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		562
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS		509
SAUDE HUMANA E SERVICOS SOCIAIS		388
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVICOS RELACIONADOS		278
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVICOS COMPLEMENTARES		247
INFORMACAO E COMUNICACAO		230
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO		207
AGRICULTURA, PECUARIA, PRODUCAO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA		165

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

ATIVIDADES IMOBILIARIAS	130
INDUSTRIAS DE TRANSFORMACAO	106
ALOJAMENTO E ALIMENTACAO	77
AGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTAO DE RESIDUOS E DESCONTAMINACAO	75
EDUCACAO	48
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS	28
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREACAO	18
ELETRICIDADE E GAS	12
INDUSTRIAS EXTRATIVAS	2
(Não Informado)	1
SERVICOS DOMESTICOS	0
Total:	35.825

Tabela 7 – CRB Seção CNAE

Total Exposições por prazo remanescente		dez-23
em R\$ milhões		
Prazo Remanescente		Valor
ABAIXO DE 6 MESES		2.310
DE 6 MESES A 1 ANO		1.945
DE 1 A 2 ANOS		1.426
DE 2 A 5 ANOS		8.398
ACIMA DE 5 ANOS		21.746
Total:		35.825

Tabela 8 – CRB Prazo Remanescente

Total Exposições por região		dez-23
Em R\$ milhões		
Região		Valor
Centro Oeste		33.845
Nordeste		842
Norte		308
Sudeste		829
Sul		-
Total:		35.825

Tabela 9 – CRB Região

Total Exposições por País		dez-23
Em R\$ milhões		
País		Valor
Brasil		35.825
Total:		35.825

Tabela 10 – CRB País

Total Exposições classificadas como ativo problemático por Região				dez-23
Em R\$ milhões				
Região	Ativos Problemáticos	Valor Provisão	Valor Prejuízo	
Centro Oeste	1.621	571	513	
Nordeste	48	30	8	
Norte	1	0	0	
Sudeste	59	34	31	
Sul	-	-	-	
Total:	1.730	634	552	

Tabela 11 – CRB Ativo Problemático por Região

BRB – Banco de Brasília S.A.
Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III - 4T23

Total Exposições classificadas como ativo problemático por País			dez-23
em R\$ milhões			
País	Ativos Problemáticos	Valor Provisão	Valor Prejuízo
Brasil	1.730	634	552
Total:	1.730	634	552

Tabela 12 – CRB Ativo Problemático por País

Total Exposições classificadas como ativo problemático por CNAE			dez-23
Em R\$ milhões			
Região	Ativos Problemáticos	Valor Provisão	Valor Prejuízo
Pessoa Física	1.459	466	469
COMERCIO; REPARACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	80	51	32
CONSTRUCAO	56	36	8
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVICOS COMPLEMENTARES	35	30	15
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS	26	12	4
ATIVIDADES IMOBILIARIAS	13	2	0
ALOJAMENTO E ALIMENTACAO	13	8	7
AGRICULTURA, PECUARIA, PRODUCAO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	8	4	0
INFORMACAO E COMUNICACAO	6	6	1
INDUSTRIAS DE TRANSFORMACAO	6	3	5
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS	5	3	2
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	5	3	3
SAUDE HUMANA E SERVICOS SOCIAIS	5	3	2
ELETRICIDADE E GAS	5	4	-
EDUCACAO	2	1	1
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVICOS RELACIONADOS	2	1	1
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREACAO	1	1	1
(Não Informado)	1	0	0
AGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTAO DE RESIDUOS E DESCONTAMINACAO	0	0	0
INDUSTRIAS EXTRATIVAS	0	0	0
Total:	1.730	634	552

Tabela 13 – CRB Ativo Problemático por CNAE

Total Exposições em atraso segmentados por faixa			dez-23
em R\$ milhões			
Região	Saldo Contábil	Provisão	Saldo Líquido (a-b)
1 a 30 dias	1.321	70	1.250
31 a 90 dias	555	105	450
91 a 180 dias	332	122	210
181 a 365 dias	382	292	90
Maior 365	93	93	-
Total:	2.682	683	2.000

Tabela 14 – CRB Exposições em atraso por Faixa

Segregação das operações classificadas como Reestruturadas, entre aquelas classificadas como ativos problemáticos e as demais		dez-23
em R\$ milhões		
Operações Reestruturadas	Valor	
Ativos Problemáticos	377	
Demais	61	
Total:	438	

Tabela 15 – Operações Reestruturadas

Percentual das dez e das cem maiores exposições em relação ao total do escopo definido na tabela CR1		dez-23
em R\$ milhões		
Base	Saldo	% Participação
10 Maiores Devedores	2.345	6,55%
100 Maiores Devedores	5.658	15,79%

Tabela 16 – Maiores Devedores

2.14. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito de Contraparte – CCRA

a) O método utilizado para estabelecer os limites internos para fins do gerenciamento das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte;

O risco de crédito de contraparte (RCC) representa a perda financeira potencial em razão do não cumprimento das obrigações assumidas por determinada contraparte relativa à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia do mesmo. O processo de gerenciamento do risco de crédito de contraparte ocorre de forma sistemática e independente, abrangendo todo o Conglomerado BRB. Este processo envolve áreas correlatas responsáveis pela análise de crédito, com atribuições específicas, seguindo a mesma esteira de aprovação da análise utilizada em outras modalidades, sempre respeitando os limites estabelecidos na RAS e visando o objetivo de garantir uma estrutura eficiente de gestão e controle.

De forma profilática, a Gestão da Tesouraria do BRB segue os principais modelos de mitigação de risco de crédito de contraparte. Ferramentas como avaliação de Notas de Rating nacionais e internacionais dos emissores e dos papéis negociados, bem como avaliação do risco de imagem e modelos de cálculo da exposição desses riscos são sistematicamente utilizadas para coibir erros de avaliação e corroboram para melhor avaliação dos ativos disponíveis no mercado.

b) Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, considerando garantias e outros instrumentos de mitigação;

Considerando os modelos e formas de mitigação do risco de crédito de contraparte, a que a Instituição está exposta, é realizado o acompanhamento da evolução das exposições ao risco de crédito. Em complemento, nas operações realizadas junto a Câmara de Compensação e Liquidação (*Clearings*), há transferência de risco, sendo que o valor das operações incide no limite de crédito da Câmara.

Além disso, para as operações que estão sujeitas ao RCC, o BRB considera esse risco como parâmetro para ajuste no valor dos ativos expostos que são marcados a mercado - MaM. Para exposições sujeitas ao RCC, nem sempre é possível alcançar garantias para cobertura total ou parcial na realização dos negócios. No entanto, adota-se a regra de operar apenas com instituições ou papéis que possuem rating de classificação em nível de investimentos, que refletem na precificação do papel.

Destaca-se que, no BRB, o valor das exposições referentes ao risco de contraparte não é significativo quando comparado às demais exposições, uma vez que a maior parte é realizada com o Tesouro Nacional, Sistema de Liquidação e Câmaras e Instituições Financeiras, sendo ainda, lastreadas por Títulos Públicos.

c) O impacto no montante de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito;

Atualmente, o BRB não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

2.15. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento de Risco de Mercado – MRA

O risco de mercado é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Essa definição inclui o risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial ou dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

a) Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado.

O risco de mercado do Conglomerado BRB é identificado, mensurado, avaliado, monitorado, reportado e controlado por unidade específica da Instituição, segregada das áreas de negócio. Todas as posições sujeitas a este risco estão alinhadas às diretrizes estabelecidas pela Administração e são mapeadas e avaliadas, diariamente, em um processo aprovado pela estrutura de Governança.

São exemplos de estratégias e ferramentas adotadas no BRB para o gerenciamento do risco de mercado:

- Normatização dos procedimentos de gestão desse risco, a fim de garantir a padronização da execução das atividades e a retenção do conhecimento;
- Divulgação diária de relatórios gerenciais com os resultados dos indicadores do risco de mercado, para monitoramento das exposições;
- Adoção de limites gerenciais, compatíveis com o apetite ao risco de mercado da Entidade;
- Análise prévia de propostas de criação ou reformulação de produtos e serviços que possam gerar perdas à Instituição em função da flutuação de preços, taxas e índices;
- Reavaliação periódica do modelo de mensuração do risco de mercado, por meio da aplicação de testes de aderência (*backtesting*), de modo a verificar a acurácia dos cálculos gerados e de checar a adequabilidade das premissas consideradas;
- Execução de análises de sensibilidade, para avaliação dos efeitos provocados por variações no patamar dos fatores de risco de mercado sobre o valor das exposições detidas pela Instituição;
- Realização de testes de estresse relacionados ao risco de mercado, com o intuito de capturar eventuais vulnerabilidades do BRB e de possibilitar a adoção tempestiva de ações preventivas destinadas à proteção da Instituição. O teste de estresse consiste numa técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos ou históricos); e
- Disseminação das melhores práticas relacionadas aos mitigadores existentes para risco de mercado.

Dentre as métricas utilizadas para o gerenciamento do risco de mercado, destaca-se o cálculo do Valor em Risco (VaR). O modelo VaR representa, sob condições normais de mercado, a perda potencial máxima esperada para a carteira da Instituição com base em certo grau de confiança e dentro de determinado horizonte de tempo. Para a apuração do VaR, é adotada a abordagem paramétrica, com 99% de confiança e *holding period* compatível com o número de dias úteis necessários para se desfazer das exposições existentes.

A Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, que é aprovada pelo Conselho de Administração e revisada no mínimo anualmente, encontra-se aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017 e fornece as principais diretrizes de atuação para o gerenciamento de riscos. Além desta Política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento do risco de mercado.

b) Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo os mecanismos de comunicação interna utilizados.

A estrutura de gestão do risco de mercado é compatível com o porte do Banco, com a natureza dos negócios, com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, proporcionais à dimensão e a relevância da exposição, e integrada aos demais riscos da Instituição.

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde unidades de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente.

A Governança Corporativa da Entidade, pautada nas melhores práticas, gerencia o risco de mercado por meio de decisões colegiadas, amparadas em comitês executivos e estatutários específicos, que contam com a participação de membros da Administração.

Esses Órgãos Colegiados acompanham as exposições existentes, avaliam os resultados das métricas adotadas, monitoram o cumprimento dos limites estabelecidos, analisam os resultados dos testes de estresse e propõem o apetite ao risco de mercado da Instituição.

A Superintendência de Operações Financeiras, vinculada à Diretoria Executiva de Finanças e Controladoria, realiza a gestão dos instrumentos financeiros disponíveis na Tesouraria da Instituição e cumpre os limites estratégicos e operacionais estabelecidos.

Já a Superintendência de Riscos Corporativos, vinculada à Diretoria Executiva de Controle e Riscos, propõe as métricas de controle do risco de mercado, calcula e divulga os indicadores desse risco nas periodicidades estabelecidas, monitora e controla o cumprimento dos limites definidos na RAS, realiza análises de sensibilidade e testes de estresse sobre a exposições assumidas, avalia periodicamente o desempenho dos modelos de cálculo do risco de mercado por meio de testes de aderência (*backtesting*) e comunica assuntos relacionados ao risco de mercado nas instâncias colegiadas onde o tema é abordado.

A Gerência de Monitoração e Validação de Modelos, também vinculada à Diretoria Executiva de Controle e Riscos, realiza, por sua vez, a validação independente das metodologias de mensuração do risco de mercado, enquanto a Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, analisa, periodicamente, a efetividade de todo o processo de gerenciamento do risco de mercado do BRB.

A comunicação interna sobre o risco de mercado, tanto entre os setores quanto entre as diversas camadas da Governança interna, é feita por meio de relatórios internos, que são submetidos à avaliação de órgãos colegiados executivos e estatutários e demais áreas de interesse da Organização.

Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações gerenciais qualitativas e quantitativas sobre o risco de mercado, tais como: indicadores apurados e projetados, adequação aos limites internos fixados na RAS e resultados de testes de estresse.

As decisões relacionadas à gestão de risco de mercado são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.

c) Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos.

O BRB utiliza sistema externo para a geração dos cálculos do risco de mercado, o qual possui as seguintes características principais:

- Controle de acesso;
- Manutenção contínua e evolutiva;
- Aderência às normas vigentes;
- Alta disponibilidade dos serviços.

Por meio de tal sistema informatizado, a Instituição realiza suas atividades relacionadas ao gerenciamento do risco de mercado.

2.16. Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao Risco de Mercado – MR1

Em dezembro de 2023, houve um aumento de 99,9% na parcela RWA_{MPAD} , quando comparado ao trimestre anterior, devido à elevação da componente RWA_{CAM} que, por sua vez, foi impactada pela expansão da exposição líquida cambial total do Conglomerado BRB.

Ressalta-se que, ao longo do 4º trimestre de 2023, o Conglomerado BRB não teve exposições da carteira de negociação sujeitas às variações de taxas de juros, preços de ações e de preços de mercadorias (*commodities*). Por este motivo, em dez/2023, os valores das componentes RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4} , RWA_{ACS} e RWA_{COM} foram iguais a zero.

Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado - (MR1)		a
em milhões		dez-23
Fatores de Risco		RWA _{MPAD}
1	Taxas de juros	-
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	-
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	-
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	-
2	Preços de ações (RWA_{ACS})	-
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	51,8
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	-
9	Total	51,8

Tabela 14 – MR1

2.17. Objetivos e Políticas para o Gerenciamento de IRRBB – IRRBBA

a) Descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controle e mensuração de riscos.

O IRRBB (“*Interest Rate Risk in the Banking Book*” ou “Risco de Variação das Taxas de Juros para Instrumentos Classificados na Carteira Bancária”) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e no resultado da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O IRRBB representa a possibilidade da carteira bancária da instituição ser impactada negativamente, sob a ótica de valor econômico ou de resultado de intermediação financeira, em função de eventuais variações desfavoráveis das taxas de juros.

Considerando que parte significativa das posições detidas pelo Conglomerado BRB é sujeita ao IRRBB, então o adequado gerenciamento desse risco gera melhores condições para o atingimento dos objetivos institucionais do BRB e aumenta a previsibilidade dos resultados da Entidade.

b) Descrição das políticas e estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB. Exemplos incluem: monitoramento do valor econômico (EVE) e do resultado de intermediação financeira (NII) em relação aos limites estabelecidos, práticas de hedge, realização e testes de estresse, análise de resultados, papel da auditoria independente, papel e práticas da unidade de gerenciamento de ativos e passivos, práticas da instituição para assegurar validação adequada de modelos, e atualizações tempestivas em resposta a mudanças nas condições de mercado.

O BRB realiza, diariamente, o gerenciamento do IRRBB através de procedimentos e ferramentas estabelecidos e documentados internamente.

O IRRBB é identificado, mensurado, avaliado, monitorado, reportado e controlado por unidade específica da Instituição, segregada das áreas de negócio. Todas as posições sujeitas a este risco são mapeadas e avaliadas, diariamente, em um processo aprovado pela estrutura de Governança. São exemplos de estratégias e ferramentas adotadas no BRB para o gerenciamento do IRRBB:

- Normatização dos procedimentos de gestão desse risco, a fim de garantir a padronização da execução das atividades e a retenção do conhecimento;
- Divulgação diária de relatórios gerenciais com os resultados dos indicadores do IRRBB, para monitoramento das exposições;
- Monitoramento contínuo dos descasamentos de volumes, indexadores e prazos entre ativos e passivos do Conglomerado BRB;
- Adoção de limites gerenciais para a Margem sobre o PR considerando a parcela IRRBB e o ACP, compatíveis com o apetite da Entidade ao IRRBB;
- Análise prévia de propostas de criação ou reformulação de produtos e serviços que possam gerar perdas à carteira bancária da Instituição em função da flutuação de taxas de juros;
- Reavaliação periódica de premissas assumidas no modelo de mensuração do IRRBB, por meio da aplicação de testes de aderência (*backtesting*), de modo a verificar a acurácia dos cálculos gerados e de checar a adequabilidade dos parâmetros considerados;

- Execução de análises de sensibilidade, para avaliação dos efeitos provocados por eventuais mudanças na composição da carteira bancária da Instituição sobre os resultados apurados de IRRBB;
- Realização de testes de estresse relacionados ao IRRBB, com o intuito de capturar eventuais vulnerabilidades do BRB e de possibilitar a adoção tempestiva de ações preventivas destinadas à proteção da Instituição. O teste de estresse consiste numa avaliação prospectiva do efeito que determinadas alterações extremas de taxas de juros causam sobre o valor presente ou sobre o resultado associado aos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB; e
- Disseminação das melhores práticas relacionadas aos mitigadores existentes para o IRRBB.

A parcela de capital para cobertura do IRRBB (denominada parcela IRRBB) é compatível com a dimensão das exposições sujeitas ao IRRBB. Seu montante é apurado a partir dos valores de perdas e ganhos embutidos (EGL) e das métricas padronizadas ΔEVE e ΔNII , cujos cálculos abrangem todas as exposições sensíveis ao IRRBB.

Adicionalmente, a parcela IRRBB também é compatível com a Declaração de Apetite por Riscos do Conglomerado BRB, haja vista que seu valor é utilizado na mensuração da “Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP”, para a qual existem níveis mínimos de apetite dispostos na RAS que são monitorados de forma contínua pela Entidade.

c) Periodicidade de cálculo das medidas de IRRBB e descrição das métricas específicas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao IRRBB.

O IRRBB é calculado diariamente por meio das métricas padronizadas ΔEVE , ΔNII e EGL, as quais são descritas na Circular BCB nº 3.876/2018.

O ΔEVE consiste na diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Já o ΔNII é definido como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Por sua vez, a métrica de perdas e ganhos embutidos (EGL) consiste na diferença entre o valor presente e o respectivo valor contábil dos instrumentos sujeitos ao IRRBB.

Cabe destacar que os valores apurados para o ΔEVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que o ΔNII indica potencial volatilidade dos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

d) Descrição dos cenários de choque e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico (ΔEVE) e no resultado de intermediação financeira (ΔNII) da instituição.

Os cenários de choques utilizados para o cálculo do ΔEVE e do ΔNII são os de aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo (denominado paralelo de alta) e de redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo (denominado paralelo de baixa).

A magnitude dos choques paralelos de alta e de baixa associados às taxas de juros prefixadas (ou pós-fixadas) referenciadas em reais é, conforme define a Circular BCB nº 3.876/2018, de 400 pontos-base, onde 1 ponto-base representa o centésimo de 1% (um por cento).

Já para os instrumentos com exposição simultânea aos fatores de risco pós-fixados e as taxas de cupons prefixadas, os valores dos choques paralelos referentes às taxas de cupons são equivalentes ao choque paralelo da taxa prefixada da moeda em que o cupom é denominado multiplicado pela razão “p”, que consiste no maior valor entre os 1º e 99º percentis, ambos em valores absolutos, de uma distribuição histórica composta por 1.260 observações diárias da razão verificada entre a taxa do cupom e a taxa prefixada da moeda em que o cupom é denominado, ambas do vértice de 252 dias úteis.

e) Descrição e implicações direcionais das premissas relevantes utilizadas no sistema de mensuração do IRRBB, caso sejam diferentes das premissas de modelagem exigidas para fins de divulgação das métricas da Tabela IRRBB1. A instituição deve explicar a fundamentação da escolha de tais premissas, como, por exemplo, com base em dados

históricos, pesquisa acadêmica, julgamento e análises da administração.

Como o BRB utiliza a abordagem padronizada descrita na Circular BCB nº 3.876/2018 para a mensuração do IRRBB, então, atualmente, não são adotadas premissas diferentes daquelas exigidas no modelo padrão.

f) Descrição, em termos gerais, de como a instituição faz hedge de suas exposições ao IRRBB, bem como o tratamento contábil de tais operações.

O Conglomerado BRB ainda não possui operações específicas de hedge com derivativos para suas exposições sujeitas ao IRRBB. O Banco iniciou estudos específicos sobre operações de hedge a fim de identificar oportunidades para proteger a carteira da Entidade contra variações nas taxas de juros. Para gerenciar os descasamentos por prazos, é avaliada a melhor estratégia comercial dos produtos de ativos e passivos, dentro de uma estrutura de hedge natural.

Ademais, a Instituição adota outras ações para diminuir o **risco de base** (diferença de indexadores entre ativos e passivos) — como a realização de captações via depósito judicial, que é um produto remunerado por uma taxa PRÉ + TR, em que este componente PRÉ é preponderante, o que gera um “casamento” desses passivos com os ativos prefixados do Conglomerado BRB — e o **risco de gap** (diferença de prazos médios entre ativos e passivos) — como a rolagem adequada de passivos mais curtos, com controle de custos, e a reprecificação tempestiva de ativos mais longos, considerando as perspectivas econômicas, de modo a preservar a liquidez e rentabilidade —, cujo tratamento contábil é feito de forma aderente às normas contábeis vigentes.

g) Descrição, em termos gerais, das premissas mais relevantes para modelagem e para a parametrização, no cálculo do ΔEVE e do ΔNII, de que trata a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, divulgados na Tabela IRRBB1, incluindo:

- Para o ΔEVE, se as margens comerciais e outros componentes de *spread* foram incluídos nos fluxos de reapreçamento ou considerados nas taxas de desconto utilizadas;
- Como foi determinado o prazo médio de reapreçamento na linha 1, incluindo quaisquer características peculiares de produtos que afetem a avaliação do comportamento de reapreçamento;
- A metodologia utilizada para estimar as taxas de pré-pagamento de operações de crédito, as taxas de resgate antecipado de depósitos a prazo, e outras premissas consideradas relevantes;
- Quaisquer outras premissas que tenham impacto relevante sobre os valores de ΔEVE e do ΔNII reportados na Tabela IRRBB1, incluindo explicações de por que tais premissas são relevantes; e
- Quaisquer métodos de agregação de fatores de risco a estrutura de correlações entre curvas de juros utilizada.

As margens comerciais e outros componentes de *spread* foram incluídos no cálculo do ΔEVE e do ΔNII.

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais abrangem os depósitos sem vencimento contratual definido (e que possibilitam saques a qualquer momento), as captações que permitem resgates antecipados (mesmo tendo vencimentos contratuais preestabelecidos) e produtos de crédito sujeitos a pré-pagamento.

Os modelos para apuração das taxas de resgate antecipado em captações (com ou sem vencimento definido) e das taxas de pré-pagamento em operações de crédito foram baseados em estudos estatísticos considerando evoluções e comportamentos históricos e safras de cada produto.

Para estimar a taxa de resgate antecipado para os produtos de captação sujeitos a essa opcionalidade comportamental, foram feitos estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, foram definidos o montante estável (parcela *core*) assim como o critério de alocação ao longo do tempo. A estimativa adota a premissa de que o volume de resgates antecipados ocorrerá em escala similar àquela observada na série histórica.

Em relação às taxas de pré-pagamento em operações de crédito do Conglomerado BRB, verificou-se por meio de estudo específico, com base no comportamento histórico de safras de produtos de crédito com características similares, que essa opcionalidade comportamental é relevante para a Instituição.

Não são adotados pelo Banco quaisquer métodos de agregação de fatores de risco a estrutura de correlações entre curvas de juros utilizada.

Premissa de prazo médio de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido:

- 1217 dias úteis.

Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido.

- 1260 dias úteis.

2.18. Informações Qualitativas Sobre o IRRBB – IRRBB1

Informações Qualitativas Sobre o IRRBB – IRRBB1				
Valores em R\$	ΔEVE		ΔNII	
	T	T-1	T	T-1
Data Base				
Cenário Paralelo de Alta	707.130.755	395.468.657	482.627.929	380.237.416
Cenário Paralelo de Baixa	-	-	-	-
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo				
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo				
Cenário <i>steepener</i>				
Cenário <i>flattener</i>				
Variação máxima	707.130.755	395.468.657	482.627.929	380.237.416
Data Base	T		T-1	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	2.626.525.979,16		2.169.554.845,80	

Comentários: O aumento de 78,81% no Delta EVE em 29/12/2023 – com relação a 30/12/2022 foi ocasionado, principalmente, pela atualização dos parâmetros da opcionalidade comportamental de pré-pagamento.

A elevação de 26,93% no Delta NII em 29/12/2023 – com relação a 30/12/2022 – foi resultante, principalmente, do incremento nos saldos de captações em LCIs pós-fixados e em depósitos judiciais indexados a cupom de TR.

Tabela 15 – IRRBB1

3 – Reclassificação de Instrumentos na Carteira de Negociação ou na Carteira Bancária

Em observância à Resolução BCB Nº 111, de 6 de julho de 2021, informamos que não houve qualquer reclassificação de instrumentos na carteira de negociação ou na carteira bancária no quarto trimestre de 2023.